

Rombo Eterno

*Continuará
na próxima*

Há muitas causas para explicar o surto inflacionário que acometeu toda a economia mundial, desde o início da década dos 70. A começar, é claro, pelo primeiro choque do petróleo de 1973. Cada país reagiu como pôde e muitos conseguiram atenuar a crise energética, consumindo menos e substituindo petróleo por outras fontes de energia. Alguns foram bem-sucedidos, a maioria não foi — e a economia mundial parece irremediavelmente ancorada, agora, num impasse que não se desfará enquanto não caírem as taxas de juros impulsionadas pela política antiinflacionária dos Estados Unidos.

Mas, em todas as economias ocidentais adiantadas, há um ponto em comum, quando se trata de enumerar as causas da inflação: os gastos com a Previdência, uma fonte de pressão sobre o Orçamento, incontornável e poderosa. Superado o trauma desfechado pela crise de 29 e robustecidas pelas receitas do keynesianismo, as economias capitalistas mais fortes foram-se comprometendo, mais e mais, com a distribuição de benefícios e assim se criou um complexo e custoso sistema de *welfare*.

Todas as atuais causas da inflação mundial são passageiras — o custo da energia não será sempre assim; as taxas de juros não poderão ficar onde estão. Mas de uma coisa ninguém tem dúvida: será quase impossível reduzir os rombos provocados pela Previdência. A pressão social é fortíssima e, em alguns países, a pressão eleitoral é insuperável. Mesmo depois que o mundo sair do buraco, a Previdência, em todo lugar, continuará sendo uma fonte de inflação e de desorganização de Orçamentos.

Qual é a saída? Reduzir o tamanho dos rombos da Previdência. Esse é o desafio ao Governo brasileiro e ao novo ocupante do Ministério da Previdência, já que seu antecessor cuidou muito das despesas — no Rio Grande do Sul.

Segundo o último levantamento realizado pelo próprio Governo e publicado no JORNAL DO BRASIL de terça-feira, mesmo que o PIB cresça a uma taxa média de 5% ao ano, até 1985 — o que não é muito provável —, a receita da Previdência subirá 6% e, ainda, assim, será insuficiente para cobrir as despesas. Se tudo correr bem e a economia crescer 5%/ano, o Tesouro transferirá para

a Previdência (fabricando inflação, portanto) Cr\$ 3 bilhões em 1983; Cr\$ 113 bilhões em 1984; e Cr\$ 212 bilhões em 1985.

Não se deve omitir que, em 1982, a receita da Previdência foi reforçada com o aumento das taxas de contribuição (de 8% para 10% para o empregador e de 8% para uma escala que vai de 8,5% para 10% para o empregado) e com a taxação de produtos considerados supérfluos. Porém, a receita da Previdência foi desfalcada pela própria recessão econômica: quanto menos cresce a economia, menos empregados há, menos salários se pagam — e menos arrecada a Previdência. Ou seja, a Previdência não pode conviver com a desaceleração da economia — e pelo visto, não pode conviver com um ritmo de crescimento inferior a 5%/ano, o que é um risco gravíssimo. E se a situação econômica não melhorar? Mais inflação gera da pela Previdência.

Temos que começar a pensar em mudanças estruturais, profundas, nos gastos da Previdência (dentro ou fora do Rio Grande do Sul). Temos que começar a pensar — como o INAMPS está prometendo — em rever os critérios perdulários de toda a política de assistência médica, a começar com a gigantesca sinecura montada em torno dos credenciamentos de médicos e hospitais (dentro e fora do Rio Grande do Sul).

E, se queremos neutralizar os efeitos demolidores da Previdência sobre os Orçamentos da União, temos que enfrentar o problema gravíssimo da aposentadoria. À medida em que o país se desenvolve e a população envelhece, a permanência da aposentadoria por tempo de serviço será, eternamente, uma pressão poderosíssima sobre as despesas de todo o sistema. Por que não começar a olhar de frente a hipótese de se conceder aposentadoria remunerada por idade? É o que faz a maioria dos países e é o que parece mais razoável. Os efeitos políticos de uma decisão como essa são presumivelmente devastadores. Por isso, não se deve ter muita esperança de que o problema venha a ser discutido com seriedade antes de 15 de novembro, já que, parece, toda a racionalidade econômica fica arquivada, temporariamente, até lá. Mas, cedo ou tarde, o bom senso readquirirá forças e seremos obrigados a tratar desse assunto. Antes que os déficits crônicos da Previdência nos devorem.